

## Sociedade – Parte I\*

*Ludwig von Mises*\*\*

**Resumo:** Mises analisa a natureza da sociedade enfatizando a racionalidade e a importância da divisão do trabalho como princípio de todas as formas de vida e de desenvolvimento social. Diferencia os conceitos de organização e de organismo, mostrando como o último contribuiu para a ciência. E conclui que quando se entende que a divisão do trabalho é a essência da sociedade, desaparece a antítese entre indivíduo e sociedade, entre o princípio individual e o princípio social.

**Palavras-chave:** Sociedade. Divisão do trabalho. Instinto. Razão. Organismo. Organização. Indivíduo.

## Society – Part I

**Abstract:** Mises examines the nature of society emphasizing the rationale and importance of the division of labor as a principle of all forms of life and social development. He differentiates the concepts of organization and organism, showing how the latter contributed to science. He concludes that when we believe that the division of labor is the essence of society then disappears the antithesis between individual and society, as well as that between individual principle and social principle.

**Keywords:** Society. Division of labor. Instinct. Reason. Organism. Organization. Individual.

**Classificação JEL:** B13, Z13

---

\* O presente artigo é a tradução dos itens 1 a 4 do capítulo 18 da obra *Die Gemeinwirtschaft: Untersuchungen über den Sozialismus* [A Economia Social: Estudos sobre o Socialismo], publicado pela primeira vez em alemão no ano de 1922 pela casa editorial Gustav Fischer, em Jena. Na próxima edição de *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia* será publicada a segunda e última parte do artigo, composta pelos itens 5 a 8 do capítulo 18 dessa obra de Ludwig von Mises. A presente tradução foi feita a partir da seguinte versão em inglês: MISES, Ludwig von. Society. In: **Socialism: An Economic and Sociological Analysis**. Pref. F. A. Hayek; Trad. J. Kahane. Indianapolis: Liberty Fund, 1992. p. 256-78.

Traduzido do inglês para o português por Márcia Xavier de Brito.

\*\* **Ludwig von Mises** nasceu em 29 de setembro de 1881 na cidade de Lviv, atualmente na Ucrânia e na época parte do território do Império Austro-Húngaro. Estudou, a partir de 1900, na Universidade de Viena, e recebeu o título de Doutor em Direito por essa mesma instituição em 1906. Lecionou na Universidade de Viena de 1913 a 1934, no Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais em Genebra de 1934 a 1940 e na New York University de 1945 a 1969. É autor de centenas de artigos acadêmicos e de mais de vinte livros dentre os quais se destaca o tratado de economia *Ação Humana* (Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010). Faleceu no dia 10 de outubro de 1973 em Nova York, nos Estados Unidos.

## I - A NATUREZA DA SOCIEDADE

A ideia de destino humano domina todas as mais antigas visões de existência social. A sociedade progride rumo a um objetivo preordenado pela divindade. Quem quer que pense desse modo está logicamente correto se, ao falar em progresso e retrocesso, em revolução e contrarrevolução, em ação e reação, der a esses conceitos a ênfase adotada por tantos historiadores e políticos. A história é adequadamente julgada conforme aproxime a humanidade do objetivo ou a distancie.

A ciência social, no entanto, inicia-se no momento em que libertamo-nos de tais hábitos e, de fato, de toda avaliação. A ciência social é realmente teleológica, no sentido que deve ser todo estudo causal da vontade. Esse conceito de propósito, todavia, está totalmente encerrado na explicação causal, pois a causalidade da ciência social permanece o princípio fundamental de cognição, cuja manutenção não deve ser prejudicada nem mesmo pela teleologia<sup>1</sup>. Uma vez que não avalia propósitos, não posso falar de evolução em um plano mais elevado, no sentido, digamos, de G. W. F. Hegel (1770-1831) ou Karl Marx (1818-1883). Não foi de modo algum provado que toda evolução conduz para o alto ou que cada último estágio é mais elevado. Nem se pode, é claro, concordar com os pessimistas filósofos da história que veem no processo histórico uma decadência, a aproximação progressiva de um mau fim. Perguntar quais são as forças motrizes da evolução histórica é perguntar qual é a natureza da sociedade e a origem e causa das mudanças nas condições sociais. O que é a sociedade, como ela se origina, como se modifica – esses são os problemas que a sociologia científica propõe a si mesma.

Que a vida social dos homens se assemelha ao processo biológico é uma observação antiga. Está na base da famosa lenda de Menênio Agripa (†493 a.C.) relatada por Tito

Lívio (59 a.C.-17 A.D.)<sup>2</sup>. A ciência social gerou pouco bem a si mesma quando, inspirada pelo triunfo da Biologia no século XIX, extensos trabalhos desenvolveram tal analogia a um ponto absurdo. Qual a utilidade de chamar os produtos da atividade humana de “*substância social intracelular*”?<sup>3</sup> Quem se sentiu esclarecido quando os acadêmicos debateram qual órgão do corpo social correspondia ao sistema nervoso central? O melhor comentário a res-

<sup>2</sup> Segundo o relato de Tito Lívio, o cônsul romano Menênio Agripa contou aos seus soldados uma fábula sobre as partes do corpo humano e como cada uma delas tinha uma finalidade para o grande propósito de funcionamento do corpo. Na fábula, no início dos tempos, as partes do corpo tinham língua e vontade próprias. Trabalhavam para servir ao estômago. No entanto, as partes do corpo começaram a pensar que o ocioso estômago não merecia tal tratamento, pois só recebia o alimento, fruto do trabalho das outras partes e decidiram parar de realizar suas funções – o estômago seria vencido pela fome! O que aconteceu é que os próprios membros e todo o corpo ficaram enfraquecidos e incapazes de funcionar. Logo as partes perceberam que nada podiam fazer sem o estômago. Na verdade, a metáfora foi utilizada para representar a cólera da plebe contra os patrícios, para fazê-los mudar de opinião (**Ab Urbe Condita Libri**, II, 32). Acredita-se que São Paulo, o apóstolo, baseou-se nessa narrativa de Tito Lívio para explicar a Igreja como um corpo uno com diferentes membros interdependentes, tal como relatado nas epístolas paulinas aos *Romanos* (Rm 12,4-8), aos *Coríntios* (1Cor 12,12-31) e aos *Efésios* (Ef 4,11-16). Em língua portuguesa, o relato do historiador romano está disponível na seguinte edição brasileira: TITO LÍVIO. **História de Roma – Ab Urbe Condita Libri**. Intr., trad. e notas Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Paumape, 1995. 5v. Vol. I, p. 150. (N. do T.).

<sup>3</sup> Com foi feito por Paul de Liliensfeld (1829-1903), no livro *La pathologie sociale*, na p. 95. Quando um governo faz um empréstimo na Casa de Rothschild, a sociologia orgânica vê o processo do seguinte modo: “*A operação na Casa de Rothschild, nessa ocasião, é exatamente semelhante à ação de um grupo de células corporais humanas que cooperam na produção de sangue necessária à alimentação do cérebro, na esperança de ser compensado por uma reação das células da massa cinzenta que necessitam reativar e acumular novas energias*”. Ver: LILIENSFELD, Paul de. **La pathologie sociale**. Paris: F. Alcon, 1896. p. 104. Esse é o método que alega pisar em “terreno firme” e explorar “passo a passo o vir a ser dos fenômenos, do mais simples ao mais complexo”. Ver também: LILIENSFELD, Paul de. **Zur Verteidigung der organischen Methode in der Soziologie**. Berlin: G. Reimer, 1898. p.75.

<sup>1</sup> COHEN, Hermann. **Logik der reinen Erkenntnis**. Berlin: B. Cassirer, 2ª ed., 1914. p. 359.

peito dessa forma de estudo sociológico foi a observação de um economista ao fato de que quem quer que comparasse moeda a sangue e circulação de moeda a circulação sanguínea estaria dando a mesma contribuição à economia que a que seria feita à biologia por quem comparasse o sangue com a moeda e a circulação sanguínea com a circulação de moeda. A biologia moderna tomou emprestado da ciência social alguns de seus conceitos mais importantes – o de evolução, o de divisão do trabalho, e o de luta pela existência. Não estancou, no entanto, nas expressões metafóricas e nas conclusões por analogia; em vez disso, seguiu adiante para fazer uso proveitoso daquilo que ganhou. Por outro lado, a sociologia biológica nada fez senão exercer um jogo de palavras fútil com ideias emprestadas. O movimento romântico, com sua teoria “orgânica” do Estado fez ainda menos por esclarecer nosso conhecimento das interrelações sociais. Isso porque deliberadamente não deu a mínima atenção ao feito mais importante da ciência social até aquele momento – o sistema de Economia Política clássica – e foi incapaz de utilizar a doutrina da divisão do trabalho, parte do sistema clássico que deve ser o ponto de partida de toda sociologia, assim como é o da moderna biologia<sup>4</sup>.

A comparação com o organismo biológico deve ensinar à sociologia uma coisa: que o organismo só pode ser concebido como um sistema de órgãos. Isso, no entanto, significa simplesmente que a essência do organismo é a divisão do trabalho. Somente a divisão do trabalho faz com que as partes se tornem membros. É na colaboração dos membros que reconhecemos a unidade do sistema, o organismo<sup>5</sup>. Isso é verdadeiro para a vida das plantas e animais, bem como da sociedade.

---

<sup>4</sup> É típico que justamente os românticos enfatizem o caráter orgânico da sociedade, visto que a filosofia social liberal nunca o fez. Bastante compreensível. Uma teoria social que fosse verdadeiramente orgânica não precisaria enfatizar importunamente esse atributo do sistema.

<sup>5</sup> COHEN. *Logik der reinen Erkenntnis*. p. 349.

Até onde diz respeito ao princípio da divisão do trabalho, o corpo social deve ser comparado com o biológico. A divisão do trabalho é o *tertium comparationis* (base de comparação) do antigo símile.

A divisão do trabalho é um princípio fundamental de todas as formas de vida<sup>6</sup>. Foi descoberta pela primeira vez na esfera da vida social quando os economistas políticos enfatizaram o significado da divisão do trabalho na economia social. A biologia, então, a adotou em 1827, por instigação, primeiramente, de Henri Milne-Edwards (1800-1885). O fato de podermos considerar a divisão do trabalho como uma lei geral não deve, contudo, impedir-nos de reconhecer as diferenças fundamentais entre a divisão do trabalho, por um lado, no organismo animal e vegetal, e por outro, a divisão do trabalho na vida social dos seres humanos. O que quer que imaginemos ser a origem, evolução e significado da divisão psicológica do trabalho, por certo, não lança nenhuma luz sobre a natureza da divisão sociológica do trabalho. O processo que diferencia e integra células homogêneas é completamente diferente daquele que levou ao crescimento da sociedade humana a partir de indivíduos autossuficientes. No segundo processo, razão e vontade desempenharão seu papel na coalescência, pelo qual as unidades anteriormente independentes formam uma unidade maior e tornam-se partes de um todo, ao passo que a intervenção de tais forças no primeiro processo é inconcebível.

Mesmo onde criaturas como formigas e abelhas reúnem-se em “comunidades animais”, todos os movimentos e mudanças ocorrem instintivamente e de modo inconsciente. O instinto pode muito bem ter funcionado no início e também nos primeiros estágios de formação social. O homem já é um membro de um corpo social quando sur-

---

<sup>6</sup> HERTWIG, Oscar. *Allgemeine Biologie*. 4ª ed. Jena: Gustav Fischer, 1912. p. 50ss; Idem. *Zur Abwehr des ethischen: Des sozialen und des politischen Darwinismus*. Jena: Gustav Fischer, 1918. p. 69ss.

ge como uma criatura com razão e vontade, pois o homem racional é inconcebível como um indivíduo solitário. Conforme escreveu Johann Gottlieb Fichte (1762-1814), *“somente entre homens que o homem torna-se homem”*. O desenvolvimento da razão humana e o desenvolvimento da sociedade humana são um e o mesmo processo. Todo crescimento posterior das relações sociais é totalmente uma questão de vontade. A sociedade é o produto do pensamento e da vontade. Não existe fora do pensamento e da vontade. Seu ser repousa no homem, não no mundo exterior. É projetada de dentro para fora.

Sociedade é cooperação; é comunidade em ação.

Dizer que a sociedade é um organismo significa que sociedade é divisão do trabalho<sup>7</sup>. Para fazer justiça a essa ideia devemos levar em conta todos os objetivos que os homens se propuseram e os meios pelos quais estes foram alcançados. Isso abrange cada interrelação do homem de pensamento e vontade. O homem moderno é um ser social, não só como um ser cujas necessidades materiais não podem ser supridas isoladamente, mas também como alguém que alcançou um crescimento da razão e da faculdade perceptiva que teria sido impossível exceto em sociedade. O homem é inconcebível como um ser isolado, pois a humanidade existe somente como um fenômeno social e o gênero humano só transcendeu o estágio da animalidade na medida em que a cooperação expandiu os relacionamentos sociais entre os indivíduos. A evolução do animal humano para o ser humano foi possível e foi alcançada por intermédio da cooperação social e apenas por isso. E aí reside a interpretação da máxima de Aristóteles (384-322 a.C.) de que o homem é ζῷον πολιτικόν (corpo político vivo).

## II - A DIVISÃO DO TRABALHO COMO PRINCÍPIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ainda estamos longe de compreender o segredo mais supremo e profundo da vida, o princípio da origem dos organismos. Quem sabe se algum dia o descobriremos? Hoje, tudo o que sabemos é que quando os organismos são formados, algo que não existia antes surge de indivíduos. Organismos vegetais e animais são mais que conglomerados de simples células, e a sociedade é mais que a soma dos indivíduos de que é composta. Ainda não apreendemos todo o significado desse fato. Nossos pensamentos ainda são limitados pela teoria mecânica da conservação de energia e de matéria, que não é capaz de dizer como um pode tornar-se dois. Mais uma vez, aqui, se desejarmos ampliar a compreensão da natureza da vida, a compreensão da organização social terá de preceder o biológico.

Historicamente, a divisão do trabalho origina-se de dois fatos naturais: a desigualdade das capacidades humanas e a variedade das condições externas da vida humana na Terra. Esses dois fatos, na verdade, são apenas um: a diversidade da natureza, que não se repete, mas cria o universo em uma variedade infinita e inexaurível. A natureza especial de nossa investigação, contudo, que se dirige ao conhecimento sociológico, justifica que tratemos desses dois aspectos separadamente.

É óbvio que logo que a ação humana se torna consciente e lógica, ela deva ser influenciada por essas duas condições. São tais, realmente, que quase forçam a humanidade à divisão do trabalho<sup>8</sup>. Jovens e velhos, homens

<sup>7</sup> ZOULET, J.. *La cité moderne: métaphysique de la sociologie*. Paris: F. Alcan, 1894. p. 35ss.

<sup>8</sup> DURKHEIM, Émile. *De la division du travail social*. Paris: F. Alcan, 1893. p. 294ss. Nessa obra, o sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917) esforça-se [segundo Auguste Comte (1798-1857) e Herbert Spencer (1820-1903)] para provar que a divisão do trabalho predomina não porque aumenta o rendimento, como pensam os economistas, mas como o resultado da luta pela existência. Quanto mais denso for o conjunto social, mais mordaz será a luta pela existência. Isso força os indivíduos a se especializarem em seus ofícios, pois de outro modo

e mulheres cooperam ao usar apropriadamente as várias habilidades. Aqui está também o germe da divisão geográfica do trabalho. O homem vai à caça e a mulher à fonte para pegar água. Caso as forças e as habilidades de todos os indivíduos e todas as condições externas de produção fossem iguais em todos os lugares a ideia da divisão do trabalho nunca poderia ter surgido. O homem, por si só, nunca teria chegado à ideia de tornar a luta pela existência mais fácil pela cooperação na divisão do trabalho. Não teria surgido vida social alguma entre homens de igual capacidade natural em um mundo geograficamente uniforme<sup>9</sup>. Talvez os homens possam ter se unido para lidar com as tarefas que estavam além das forças dos indivíduos, mas tais alianças não formam uma sociedade. As relações que criam são passageiras, e duram somente pela circunstância que a causou. Sua única importância na origem da vida social é que criam *rapprochement* entre homens, o que traz consigo o reconhecimento mútuo da diferença nas capacidades naturais dos indivíduos e, assim, por sua vez, são ensejo à divisão do trabalho.

Uma vez o trabalho esteja dividido, a própria divisão exerce uma influência dife-

renciadora. O fato de o trabalho ser dividido torna possível o cultivo adicional do talento individual e, dessa maneira, a cooperação torna-se cada vez mais produtiva. Por intermédio da cooperação os homens são capazes de chegar àquilo que está além do alcance deles como indivíduos, e até mesmo o trabalho que os indivíduos são capazes de realizar torna-se mais produtivo. Tudo isso, no entanto, só pode ser plenamente compreendido quando as condições que regem o aumento da produtividade na cooperação estão estabelecidas com precisão analítica.

A teoria da divisão internacional do trabalho é uma das mais importantes contribuições da Economia Política clássica. Ela indica, que – se por quaisquer motivos – os movimentos de capital e trabalho entre os países são evitados, são os custos de produção comparativos, e não os absolutos, que governam a divisão geográfica do trabalho<sup>10</sup>. Quando o mesmo princípio é aplicado à divisão pessoal do trabalho, vemos que o indivíduo desfruta de uma vantagem em cooperar não só com os que lhe são superiores nessa ou naquela capacitação, mas também com aqueles que são inferiores de todos os modos possíveis. Se, por ser superior a B, A necessite de três horas de trabalho para produzir uma unidade do bem 'p', comparado com as cinco horas de B, e, para a produção do bem 'q', duas horas em comparação com as quatro horas de B, então, A ganhará, caso limitar o trabalho a produ-

---

não seriam capazes de prover o próprio sustento. Durkheim, todavia, negligencia o fato de que a divisão do trabalho torna isso possível só porque faz com que o trabalho fique mais produtivo. Durkheim vem a rejeitar a teoria da importância da maior produtividade na divisão do trabalho por intermédio de uma falsa concepção da ideia fundamental do utilitarismo e da lei da saturação de necessidades (DURKHEIM. **De la division du travail social**. p. 218ss, 257ss). A visão de que a civilização é originada por mudanças no volume e densidade da sociedade é indefensável. A população cresce porque o trabalho torna-se mais produtivo e é capaz de alimentar mais pessoas, e não ao contrário. [N do T.: O livro do sociólogo francês foi publicado em língua portuguesa, dentre outras, na seguinte edição brasileira: DURKHEIM, Émile. **Da Divisão Social do Trabalho**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2ª ed., 1999].

<sup>9</sup> Sobre o papel importante exercido pela variedade local de condições produtivas na origem da divisão do trabalho, ver: STEINEN, Karl von den. **Unter den Naturvölkern Zentralbrasieliens**. Berlin: E. S. Mittler & Sohn, 2ª ed., 1897. p. 196ss.

---

<sup>10</sup> RICARDO, David. **Principles of Political Economy and Taxation**. London: 1848 J. Murray, 1817. p. 76ss; MILL, John Stuart. **Principles of Political Economy**. London: John W. Parker, 1848. p. 348ss; BASTABLE, Charles F. **The Theory of International Trade**. London: Macmillan, 3ª ed., 1900. p. 16ss. [N. do T.: As obras de David Ricardo (1771-1823) e de John Stuart Mill (1806-1873) citadas aqui podem ser encontradas em língua portuguesa nas respectivas edições brasileiras: RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. Apres. Paulo Singer; Intr. Piero Sraffa, Trad. Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Abril Cultural, 1982; MILL, John Stuart. **Princípios de Economia Política**. Apres. Raul Ekerman; Intr. W. J. Asley, Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 2v.]

zir 'q' e deixar que B produza 'p'. Se cada um gasta sessenta horas para produzir 'p' e 'q', o resultado do trabalho de A é:  $20p + 30q$ , e o de B é:  $12p + 15q$ . Juntos teriam produzido:  $32p + 45q$ . No entanto, se A limitar-se a produzir somente 'q', fará 60 unidades em 120 horas, ao passo que B, caso limite-se a produzir 'p', produzirá, no mesmo espaço de tempo, 24 unidades. Então, o resultado da atividade é:  $24p + 60q$ , sendo que 'p' tem para A o valor substitutivo de  $3:2q$  e para B o de  $5:4q$ . Isso significa uma produção maior que  $32p + 45q$ . Portanto, é óbvio que cada expansão da divisão pessoal do trabalho traz vantagens para todos que dela tomam parte. Aquele que colabora com o menos talentoso, com o menos capaz, e com os indivíduos menos industriais adquire uma vantagem, assim como o que se associa ao mais talentoso, mais capaz e mais industrial. O proveito da divisão do trabalho é mútuo e não se limita ao caso em que o trabalho realizado nunca poderia ser executado pelo indivíduo solitário.

A maior produtividade das tarefas na divisão do trabalho é uma influência unificadora. Leva os homens a sentirem-se irmanados na luta conjunta por prosperidade, em vez de competidores na luta pela existência. Dos inimigos, faz amigos; da guerra, traz a paz; dos indivíduos, gera sociedade<sup>11</sup>.

### III - ORGANISMO E ORGANIZAÇÃO

Organismo e organização são diferentes entre si, assim como a vida difere de uma máquina, assim como uma flor natural difere da artificial. Na planta natural cada célula tem

<sup>11</sup> "O comércio torna a raça humana, que originalmente só tem a unidade das espécies, numa sociedade realmente unitária". Ver: STEINTHAL, H. von. *Allgemeine Ethik*. Berlin: G. Reimer, 1885. p. 208. O comércio, no entanto, nada mais é que um amparo técnico à divisão do trabalho. Sobre a divisão do trabalho na sociologia de Santo Tomás de Aquino (1225-1274), ver: SCHREIBER, Edmund. *Die volkswirtschaftlichen Anschauungen der Scholastik seit Thomas von Aquin*. Jena: Gustav Fischer, 1913. p. 13ss.

uma vida própria embora funcione, reciprocamente, com as outras. O que chamamos vida é precisamente essa autoexistência e autossustentação. Na planta artificial as partes separadas são membros do todo somente na medida em que a vontade de quem as uniu seja efetiva. Até onde essa vontade for eficaz, as partes dentro de uma organização estarão interrelacionadas. Cada parte ocupa tão-somente o lugar concedido, e deixa o posto, por assim dizer, apenas sob instruções. Dentro dessa estrutura as partes podem viver, ou seja, podem existir por si mesmas, à proporção que o criador conceda-lhes vida em sua criação. O cavalo em que o cocheiro pôs arreios e atou à carroça vive como um cavalo. Na organização, a "equipe", por exemplo, o cavalo, é tão estranho à carroça assim como o motor do carro o é ao veículo que o possui. As partes podem usar as vidas em oposição à organização como, por exemplo, o cavalo ao fugir com a carroça ou o tecido da flor artificial ao desintegrar-se sob ação química. A organização humana não é diferente. Assim como a sociedade, ela é produto da vontade, mas nesse caso, a vontade não produz um organismo social vivo, assim como o florista artificial não produz uma rosa verdadeira. A organização se mantém unida enquanto a vontade que a gerou é eficaz, nada além disso. As partes que compõem a organização fundem-se num todo na proporção que a vontade do criador imponha-se a elas e suas vidas possam ser determinadas pela organização. No batalhão em marcha só há uma vontade, a do comandante. Tudo mais, desde que funcione dentro da organização, são máquinas sem vida. Nessa destruição da vontade, ou daquela porção que não serve aos propósitos da corporação, repousa a essência do exercício militar. Qualquer vida que o indivíduo tenha se dá paralelamente ou fora da corporação – talvez, contra, mas nunca dentro dela. A arte moderna da guerra, baseada no rebote dos empreendimentos pessoais, tem de fazer uso do soldado individual, de sua razão e vontade, de modo que nenhum exército não só tenha de treinar o soldado, mas busque educá-lo.

A organização é uma associação baseada na autoridade, o organismo na mutualidade. O

pensador primitivo sempre vê as coisas como se organizadas de fora, nunca como algo que cresceu por si mesmo, organicamente. Vê a flecha que entalhou, sabe como aquilo veio a existir e como é colocado em movimento. Assim, pergunta por tudo o que vê, por quem fez e quem põe em movimento. Pergunta pela criação de cada forma de vida, os autores de cada mudança na natureza e descobre uma explicação animista. Deste modo nasceram os deuses. O homem vê a comunidade organizada e seu contraste de governantes e governados, e, da mesma maneira, tenta compreender a vida como uma organização, não como um organismo. Por isso, a antiga concepção da cabeça como mestra do corpo e o uso do mesmo termo 'cabeça' para o chefe de uma organização.

Ao reconhecer a natureza do organismo e eliminar completamente a exclusividade do conceito de organização, a ciência deu um dos grandes passos adiante. Com toda a deferência aos primeiros pensadores, poderíamos dizer que, no campo da Ciência Social, isso foi alcançado principalmente no século XVIII, e que a Economia Política clássica e seus precursores imediatos tiveram um papel importante. A biologia fez o bom trabalho, lançando fora todas as crenças animistas e vitalistas. Para a biologia moderna a cabeça não é mais soberana, a regente do corpo. No corpo vivo não há mais um líder e seguidores, não há diferença entre soberano e súditos, entre meios e fins. Há somente membros, órgãos.

Buscar organizar a sociedade é tão insano quanto destruir uma planta viva em pedaços e tentar construir uma nova planta a partir dessas partes mortas. Uma organização do gênero humano só pode ser concebida depois que o organismo social, vivo, for morto. Os movimentos coletivistas estão, portanto, condenados ao fracasso. Deve ser possível criar uma organização que abranja toda a humanidade, mas isso seria sempre uma mera organização e, paralelamente, a vida social continuaria. Ela poderia ser alterada e destruída pelas forças da vida social e, certamente, seria destruída a partir do momento em que tentasse se rebelar contra essas forças. Para tornar o coletivismo um

fato, devemos, primeiramente, aniquilar toda vida social, e então, construir o Estado coletivista. Os bolscheviques são, portanto, bastante lógicos em desejar dissolver todos os tradicionais laços sociais, em destruir o edifício social erigido por inúmeros séculos para erguer uma nova estrutura sobre as ruínas. Eles só ignoram o fato que indivíduos isolados, entre os quais nenhum tipo de relações sociais existem, não podem mais ser organizados.

As organizações são possíveis só na medida em que não são direcionadas contra o que é orgânico ou causam qualquer dano. Todas as tentativas de coagir a vontade de viver dos seres humanos a serviço de algo que não desejam devem fracassar. Uma organização não pode prosperar a menos que esteja fundada na vontade dos organizados e sirva a seus propósitos.

#### IV - O INDIVÍDUO E A SOCIEDADE

A sociedade não é mera reciprocidade. Há reciprocidade entre animais, por exemplo, quando o lobo devora o cordeiro ou quando o lobo e a loba acasalam. No entanto, não falamos de sociedade animal ou de uma sociedade de lobos. Lobo e cordeiro, lobo e loba são, de fato, membros de um organismo – o organismo da natureza. Esse organismo, no entanto, não tem a característica específica de organismo social: está além do alcance da vontade e da ação. Pela mesma razão, a relação entre sexos não é, como tal, uma relação social. Quando um homem e uma mulher se unem, seguem a lei que lhes atribui um lugar na natureza. Até agora são governados pelo instinto. A sociedade existe somente onde o intento se torna co-intento e a ação, co-ação. Esforçar-se em conjunto para finalidades que, por si só, os indivíduos não alcançariam, ou não obteriam com igual eficácia – isso é sociedade<sup>12</sup>.

<sup>12</sup> Portanto, também devemos rejeitar a ideia de Jean-Marie Guyau (1854-1888), que deriva o vínculo social diretamente da existência de dois sexos. Ver: GUYAU, J. M.. *Sittlichkeit ohne Pflicht*. Trad. Elisabeth Schwarz. Leipzig: Werner Klinkhardt, 1909. p. 113ss.

Por isso, a sociedade não é um fim, mas um meio, o meio pelo qual cada indivíduo busca atingir os próprios fins. Que a sociedade seja absolutamente possível para todos deve-se ao fato da vontade de uma pessoa e a vontade de outra encontrarem-se unidas em um esforço conjunto. A comunidade de trabalho brota da comunidade de vontade porque posso ter o que quero se meu concidadão obtiver o que quiser, se sua vontade e ação tornarem-se os meios pelos quais eu possa alcançar meu próprio objetivo. Meu intento necessariamente inclui sua vontade, minha intenção não pode ser frustrada por sua vontade. Sobre esse fato fundamental toda a vida social é erigida<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Contra a teoria utilitária da sociedade, que chama de um *"moyen universel"* (meio universal), Alfred Fouillée (1838-1912) afirma o seguinte: *"Todo meio tem somente um valor temporário; o dia que o meio deixar de servir-me ou tornar-se prejudicial para mim, lança-lo-ei de lado. Se a sociedade é somente um meio, o dia em que, por alguma circunstância especial, descobrir que age contrariamente a meus fins, libertar-me-ei de suas leis sociais e dos meios sociais [...]. Nenhuma consideração social pode fazer com que um indivíduo não se rebelde quando não foi demonstrado para ele que a sociedade existe para fins que são, primariamente e sobretudo, suas próprias e verdadeiras finalidades e, além disso, que não existe simplesmente para fins aprazíveis ou egoístas, e o autointeresse é somente o prazer postergado e esperado no futuro [...]. A ideia de autointeresse é exatamente o que divide os homens, apesar de produzir cooperação quando os autointeresses coincidem em certos pontos"*. Ver: Fouillée, Alfred. **Humanitaires et libertaires au point de vue sociologique et moral**. Paris: F. Alcan, 1914. p.146ss. Ver, também: GUYAU, J. M.. **Die englische Ethik der Gegenwart**. Trad. A. Peusner. Leipzig: Alfred Kröner, 1914. p. 372ss. Fouillée não vê que o valor provisional que a sociedade toma como meio, dura enquanto as condições da vida humana, dadas pela natureza continuarem imutáveis e enquanto o homem continuar a reconhecer as vantagens da cooperação humana. O "eterno" não é meramente provisional, a existência da sociedade decorre da eternidade das condições sob as quais é construída. Aqueles que estão no poder podem exigir uma teoria social que sirva para evitar o indivíduo de revoltar-se contra a sociedade, mas isso não é, de modo algum, uma necessidade científica. Ademais, nenhuma teoria social pode, de modo tão fácil quanto a utilitária, induzir o indivíduo social a fazer parte voluntariamente da associação social. Quando um indivíduo, no entanto, demonstra que é um inimigo da sociedade não resta mais nada à sociedade senão torná-lo inofensivo.

O princípio da divisão do trabalho revelou a natureza do crescimento da sociedade. Uma vez compreendido o significado da divisão do trabalho e o conhecimento social desenvolvido em um ritmo extraordinário, como vemos na comparação entre Immanuel Kant (1724-1804) e os que lhe sucederam. A doutrina da divisão do trabalho, como apresentada pelos economistas do século XVIII, estava longe de estar plenamente desenvolvida quando Kant a escreveu. Ainda necessitava ser aprimorada pela teoria ricardiana do comércio internacional, mas a doutrina da harmonia dos interesses já tinha antevisto tal aplicação de longo alcance para a teoria social. Kant não foi tocado por tais ideias. Sua única explicação de sociedade, portanto, é a de que há um impulso nos seres humanos para formar sociedade, e um segundo impulso contrário que busca dividir a sociedade. O antagonismo dessas duas tendências é utilizado pela natureza para guiar os homens rumo ao objetivo último para o qual deseja conduzi-los<sup>14</sup>. É difícil imaginar ideia mais trivial que tal tentativa de explicar a sociedade pela ação conjugada de dois impulsos, o impulso de "socializar-se" e o impulso de "isolar-se". Obviamente, isso não vai além de uma tentativa de explicar os efeitos do ópio segundo a *virtus dormitiva, cuius est natura sensus assupire* (a propriedade indutiva do sono, cuja natureza é entorpecer os sentidos).

Uma vez percebida que a divisão do trabalho é a essência da sociedade, nada resta da antítese entre indivíduo e sociedade. A contradição entre o princípio individual e o princípio social desaparece. ∞

---

<sup>14</sup> KANT, Immanuel. **Idee zu einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlicher Absicht**. In: **Sämtlich Werke**. Leipzig: Inselausgabe, 1912. Vol. I, p. 227ff. [N. do T.: Em língua portuguesa a obra se encontra disponível numa edição bilíngue, acrescida de estudos de Ricardo R. Terra, Gérard Lebrun e José Arthur Giannotti, publicada como o seguinte livro: KANT, Immanuel. **Idéia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita**. Org. Ricardo R. Terra; Trad. Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. São Paulo: Brasiliense, 1986].